ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj Inf CLEBER ROBERTO **KLEIN**

O processo de pacificação das FARC e os efeitos no crime organizado transnacional na fronteira terrestre do Brasil

Rio de Janeiro

2019

Maj Inf CLEBER ROBERTO **KLEIN**

O processo de pacificação das FARC e os efeitos no crime organizado transnacional na fronteira terrestre do Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Orientador: Cel Inf **Halley** Bezerra Dantas

Rio de Janeiro

2019

Maj Inf CLEBER ROBERTO **KLEIN**

O processo de pacificação das FARC e os efeitos no crime organizado transnacional na fronteira terrestre do Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Aprovado em

COMISSÃO AVALIADORA

_____

Halley Bezerra Dantas - Cel Inf - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

_____

Vinícius **Damasceno** do Nascimento - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

_____

Eduardo **Schlup** - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Ao único Deus, Jesus meu Salvador e para minha família.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Cel Halley, meus sinceros agradecimentos pelo aconselhamento na confecção deste trabalho. Agradeço a orientação objetiva e oportuna, bem como pelas sugestões que facilitaram o processo.

A Deus e a todos meus amigos que me ajudaram nesta tarefa.

“Para o triunfo do mal só é preciso que os bons homens não façam nada.” (Edmund Burke)

RESUMO

A finalidade desse trabalho consiste na pesquisa do processo de pacificação das FARC e os seus efeitos no crime organizado transnacional na fronteira terrestre brasileira, com o objetivo de estudar as possíveis políticas e ações do Exército Brasileiro na região transfronteiriça amazônica, em especial na fronteira Brasil-Colômbia que diminuam as ameaças a soberania do Brasil. Para isto, inicialmente analisar-se-á as condições da região amazônica. Nesse sentido, a fronteira entre Brasil e Colômbia é uma região sensível, permeável a incidência de delitos que figuram entre os países, exigindo uma atuação ampla e efetiva do Estado brasileiro para alcançar um nível satisfatório de combate aos ilícitos, principalmente em um quadro de novas ameaças. Diante disso, será analisada uma das maiores ameaças da América do Sul, as FARC. Além disso, serão abordadas suas ações ilícitas na Amazônia, um dos biomas mais ricos e cobiçados do planeta. A organização guerrilheira que nasceu há aproximadamente meio século, após passar por períodos de crescimento e enfraquecimento, possuindo, até hoje, efetiva capacidade de realizar ações diretas ou indiretas que podem se caracterizar como riscos à soberania dos países do entorno colombiano, como o Brasil. Ademais, o estudo do atual Acordo de Paz é de suma importância, pois possivelmente trará alguns reflexos para o Brasil. Por tudo isso, o trabalho também registrará em que medida a atuação do grupo guerrilheiro colombiano influenciará nas iniciativas de emprego do Exército Brasileiro para a região amazônica.

Palavras-Chave: FARC – Exército Brasileiro – Faixa de Fronteira – Acordo de Paz.

ABSTRACT

The purpose of this work is to investigate the actions of the FARC in the Amazon Region and the current Peace Agreement in Colombia, with the objective of studying the possible policies and actions of the Brazilian Army carried out in the Amazon, especially in the Brazil-Colombia to mitigate the FARC's actions and its impacts to Brazil. For this, initially the conditions of the Amazon region will be analyzed. In this sense, the frontier between Brazil and Colombia is a sensitive region, permeable to the incidence of crimes that are among the countries, demanding a broad and effective action of the Brazilian State to reach a satisfactory level of combat to the illicit ones, mainly in a New threats. Faced with this, one of South America's biggest threats, the FARC, will be analyzed. In addition, it will address its illicit actions in the Amazon, one of the richest and most coveted biomes on the planet. The guerrilla organization that was born about half a century ago, after going through periods of growth and weakening, has, until today, effective capacity to carry out direct or indirect actions that may be characterized as risks to the sovereignty of countries in the Colombian environment, such as Brazil. In addition, the study of the current Peace Agreement is of paramount importance, as it will possibly bring some reflexes to Brazil. For all this, the work will also record to what extent the performance of the Colombian guerrilla group will influence the initiatives employment by the Brazilian Army for the Amazon region.

Keywords: FARC - Brazilian Army - Border Band - Peace Agreement.

LISTA DE ABREVIATURAS

AUC	Autodefesas Unidas de Colômbia
CMA	Comando Militar da Amazônia
CV	Comando Vermelho
DAEBAI	Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional
DOAMEPI	Doutrina, Organização, Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura
EB	Exército Brasileiro
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
ELN	Exército de Libertação Nacional
END	Estratégia Nacional de Defesa
EPL	Exército Popular de Libertação
EsAO	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
ESG	Escola Superior de Guerra
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FDN	Família do Norte
IRA	Exército Republicano Irlandês
LASO	Latim American Security Operation
M-19	Movimento 19 de Abril
MPF-AM	Ministério Público Federal de Amazonas
PCC	Primeiro Comando da Capital
PEF	Pelotão Especial de Fronteira
ONU	Organização das Nações Unidas
ORCRIM	Organização Criminosa

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – As Zonas Veredales.....26

Figura 2 – Mapa dos elementos dissidentes das FARC por Frentes.....30

Figura 3 - Trecho de denúncia feita pelo MPF-AM da ligação da FDN-FARC.....32

Figura 4 – Infográfico da região conflagrada de Catacumbo.....42

SUMÁRIO

1 **INTRODUÇÃO**..... 13

1.1 PROBLEMA.....16

1.2 OBJETIVOS.....17

1.2.1 Objetivo Geral.....17

1.2.2 Objetivo Específico.....17

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....18

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....18

2 **METODOLOGIA**.....19

3 **O PROCESSO DE TRANSIÇÃO COLOMBIANA DA GUERRA PARA A PAZ COM AS FARC**..... 20

3.1 O PRIMEIRO ACORDO COM AS FARC..... 20

3.2 A EXPANSÃO DAS FARC..... 21

3.3 A ZONA “DESMILITARIZADA” NO CESSAR FOGO..... 21

3.4 COMBATE AS FARC E SEU RECUO..... 22

3.5 O PROCESSO DE PACIFICAÇÃO..... 23

3.6 CENÁRIO PÓS-CONFLITO..... 25

4 **ATORES DO CRIME TRANSNACIONAL NA FRONTEIRA BRASIL-COLÔMBIA.**..... 28

4.1 DISSIDENTES DAS FARC..... 29

4.2 FAMÍLIA DO NORTE..... 31

4.3 PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL.....32

4.4 NOVA GERAÇÃO DE NARCOTRAFICANTES..... 33

5 **A SEGURANÇA NA FAIXA DE FRONTEIRA TERRESTRE BRASILEIRA**..... 34

5.1 BASE LEGAL PARA ATUAÇÃO DA FORÇA TERRESTRE NA FAIXA DE FRONTEIRA.....35

5.2 ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA E AS RELAÇÕES NA FRONTEIRA..... 38

5.3 SISFRON..... 38

6 CONCLUSÃO..... 40

7 REFERÊNCIAS..... 44

1 **INTRODUÇÃO**

O processo de pacificação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) foi a denominação para as tratativas de desmobilização da guerrilha colombiana que foi constituída formalmente em 1966. A sua atuação no conflito armado em mais de 50 anos no território colombiano e nas fronteiras terrestres adjacentes por sua amplitude, abalou as instituições e sacudiu a sociedade, com reflexos para o crime organizado transnacional na fronteira terrestre do Brasil.

A Colômbia possui cerca de 49 milhões de habitantes e possui como polos urbanos, além da capital Bogotá, as cidades de Medellín, Barranquilla e Cali. A ocupação do território ocorreu progressivamente, a partir dos altiplanos. Do século XIX até agora, desenvolveu-se um processo permanente de conquista de novas zonas fronteiriças. Zonas atualmente importantes, como Urabá (a costa de Antioquia para o Atlântico) ou o Médio Magdalena só foram maciçamente povoadas a partir de 1960. Já as regiões amazônicas começaram a ser ocupadas a partir de 1980. A leste do país, ainda subsistem imensas regiões de baixíssima densidade populacional. O país tem um território de 1.141 mil km² (25º maior em escala mundial, com uma área um pouco menor que o estado brasileiro do Pará), além de uma longa costa voltada para o Pacífico e para o Atlântico, e é atravessado pelas cordilheiras dos Andes com elevações que ultrapassam os 4 mil metros. (TAVARES, 2017, PÉCAUT, 2010).

O Brasil possui 16.885 km de fronteiras terrestres, o que representa cerca de 68% de toda a extensão dos limites territoriais brasileiros, colocando o Brasil em contato com todos os países da América do Sul, a exceção do Chile e do Equador. Diante disso, pode-se inferir inúmeros problemas e ameaças existentes nas fronteiras nacionais, o que impõe ao Brasil responsabilidades relevantes sobre os assuntos mais sensíveis que afetam a América do Sul. O Brasil por ser o maior país da região, abarca a maior parcela da responsabilidade pelo controle das fronteiras da América do Sul, em especial a fronteira correspondente ao Trapézio Amazônico (Sul da Colômbia aos territórios adjacentes do Peru e do Brasil), uma das áreas fronteiriças com grande potencial de fricção nos dias atuais. Nesse contexto, a fronteira com a Colômbia divide uma faixa de 1.645 km de fronteiras terrestres, em plena região Amazônica, área caracterizada por baixa densidade

populacional e fraca integração com os centros de poder político e econômico de ambos os países. (CHAUMEIL, 2010 e TAVARES, 2017)

As FARC nascem em um ambiente político-econômico de final dos conflitos da sangrenta guerra civil conhecida como *La Violencia,* ocorrida entre 1946 e 1958, com um saldo de mais de 200 mil mortos, e com o surgimento de vários grupos de combate de ações de guerrilhas nesse episódio. Apoiado nesse evento e dentro de uma conjuntura favorável após o sucesso do movimento castrista em Cuba (PÉCAUT, 2010), esses aspectos internos e externos possibilitam o nascimento e ascensão do grupo revolucionário.

Embora motivação das FARC tenha sido originalmente pelos altos níveis de desigualdade entre os ricos e os pobres, e guiada estrategicamente pela ideologia marxista- leninista e pela teoria da guerra popular, a luta das FARC se desenvolveu ao longo de várias décadas para enfatizar cada vez mais o tráfico de drogas e a violência contra o povo.(OSPINA; MARKS; UCKO, 2016).

A história do grupo nesse longo tempo de mais de meio século foi marcado por períodos distintos, com mudanças de estratégias, tanto dos guerrilheiros, como do governo e dos paramilitares que podem ser divididos em 5 fases, cada uma com suas características e especificidades, a qual abordaremos de forma genérica para melhor percepção situacional do leitor, tomando por base a divisão de PÉCAUT em 4 períodos, adicionada o período de negociação e pacificação como a 5ª fase.

A 1ª fase vai de 1960-1980, as FARC passam por um período de estagnação, onde sua atuação não possui grande repercussão no nível nacional, sendo ofuscada por outros grupos como o EPL (Exército Popular de libertação) e o ELN (Exército de Libertação Nacional). Outro motivo dessa marcha lenta estava no cansaço da população com a violenta guerra civil do período de *La Violencia* e o esvaziamento político da prática de guerrilha, gerando um contraste muito entre o potencial da guerrilha e sua incapacidade de abrir perspectivas políticas.

Em uma 2ª fase entre os anos de 1980-1990, temos uma expansão das FARC com a abertura de várias frentes de guerrilha e deixando de ser uma atividade reservada apenas ao ambiente rural e tornando-se um fenômeno político de alcance nacional. Várias são as causas para esse efeito como a grande instabilidade política e social, o apelo romântico-

gramscista das guerrilhas com os jovens recém-egressos das universidades e o novo modelo de captação de recursos do grupo terrorista: a economia da droga. A correlação entre o agravamento do conflito armado e o problema da droga é clara (PÉCAUT, 2010) e direta a atuação dos grupos revolucionários e os cartéis de narcotraficantes colombianos caminharam juntos nesse período para o enfraquecimento das instituições basilares do Estado Colombiano.

Na 3ª Fase entre 1990 – 2002, apoiada no fim da Guerra Fria e a Queda do Muro de Berlim, deveria servir para uma revisão do papel da luta armada nas FARC, atrelado a uma ampla transformação das instituições colombianas e negociações com outros grupos guerrilheiros como o M-19 (Movimento 19 de Abril) que torna-se um partido político. Entretanto, as FARC escolhe permanecer na luta armada condenando a posicionamento neoliberal do governo, invertendo a relação entre partido e organização armada. O grupo deixa a autodefesa e parte para a ofensiva, com sabotagens e fustigações por todo território e por tempo indeterminado. A queda de popularidade do governo e a insatisfação econômica abriu precedentes para o grupo armado partir para a guerra de movimento e almejar a implantação de um governo de reconstrução e reconciliação nacional, finalmente com o apoio das massas populares.

A 4ª fase ocorre nos anos de 2003 – 2015, com o apoio financeiro e no planejamento estratégico dos Estados Unidos da América (EUA) advindos do Plano Colômbia, que resultou em altos investimentos nas forças militares e policiais da Colômbia para que pudessem enfrentar os movimentos insurgentes (MARKS, 2002 apud FONSECA e AZEVEDO, 2018); atrelados a política de segurança adotada por Uribe, que implicava uma estratégia de guerra aberta contra as FARC, medidas de controle territorial e esforços de legitimação do Estado (GRANADA, 2010 apud FONSECA e AZEVEDO, 2018). Essa retomada da iniciativa ofensiva do exército colombiano gerou uma fase de conflitos intensos e abertos contra as FARC (2003-2007), seguida segunda fase (2007-2009), quando as forças militares consolidam suas vitórias e, consequentemente, há uma diminuição na intensidade dos combates; por outro lado, as FARC se adaptam e recuam para fora das cidades e zonas rurais adjacentes, para regiões mais isoladas do país (GRANADA., 2009; ECHANDÍA, 2011; MUÑOZ, 2015 apud FONSECA e AZEVEDO, 2018). Desta maneira, as FARC se adaptaram à nova etapa do conflito e descentralizaram sua estrutura, por meio da divisão dos seus guerrilheiros em pequenos grupos dispersos territorialmente, deixando

de lado a sua lógica de controle territorial, em detrimento de uma estratégia de movimentação contínua. No auge das FARC, na virada do século XXI, eles detinham 40% do território da Colômbia e tinham uma força combatente de 18.000 guerrilheiros. Ao longo da última década, eles perderam a maior parte deste território e seus guerrilheiros foram reduzidos a pouco menos de 7.000 (MARKS, 2007; PECAUT, 2008; SAAB; TAYLOR, 2009; ANGELO, 2017).

A 5ª fase (2015 - atual) é caracterizada pelo enfraquecimento territorial e militar da guerrilha. Sua influência que alcançava quase todos os territórios do país (29 dos 32), decai para a presença em 9 departamentos com atuação restrita. As numerosas frentes foram reduzidas e seus efetivos quase sempre limitados a menos de cem homens. Diante de tal cenário, as FARC não mais vislumbravam a tomada do controle territorial e político do país por meio de ação armada (OSPINA, 2016). Com a estabilização do conflito a partir de 2009, o governo não vislumbrava a derrota completa do grupo por meio da intervenção militar, abrindo espaço para a negociação de um acordo como saída viável para o fim do conflito prolongado (JUDICE, 2007).

Diante disso, entramos no quadro que abordaremos com mais detalhe o processo de pacificação das FARC, suas particularidades e os reflexos na criminalidade transfronteiriça, e nas organizações criminosas transnacionais na zona de fronteira brasileira. O envolvimento com o narcotráfico e crimes transnacionais das FARC tem uma ruptura de estrutura com sua extinção. Dissidentes do grupo, e facções criminosas brasileiras, colombianas e peruanas disputam o controle das rotas internacionais de tráfico e contrabando na faixa de fronteira do Brasil com os três maiores produtores mundiais de cocaína Colômbia, Peru e Bolívia. Essa mudança na rede de tráfico na fronteira do Brasil gera instabilidade e pode trazer problemas a soberania da nação.

1.1 PROBLEMA

A luz do cenário anteriormente elencado, inicia-se uma fase de transição das FARC para a esfera legal. Uma desmobilização longe de atingir a totalidade dos guerrilheiros gerando um efetivo de dissidentes que podem ser recrutados por

organizações criminosas ou outros grupos armados ainda em atividade no país, lutando pelo espólio das atividades criminais no território colombiano e na na faixa de fronteira, incluindo aí os mais de 1600 km com o Brasil. Diante dessa perspectiva sensível, esta pesquisa se depara com o seguinte problema:

Quais os efeitos do processo de pacificação das FARC nos crimes transnacionais na faixa de fronteira terrestre brasileira?

1.2 OBJETIVOS

Segundo Creswell, a declaração do objetivo é a parte mais importante de todo o estudo, e precisa ser apresentada de maneira clara e específica. Além disso, ele ressalta que devido a essa importância, a declaração desse propósito deve ser estabelecida de forma separada de outros aspectos do estudo, sendo estruturada num tópico exclusivo (CRESWELL, 2010). Assim, esta pesquisa apresenta a seguir o objetivo geral e seus três objetivos específicos.

1.2.1 **Objetivo geral**

Quais serão os desafios pós-conflito com as FARC que vão afetar o Estado colombiano e de maneira direta seus vizinhos sul-americanos, principalmente na faixa de fronteira contígua com o Brasil? Ao responder esta pergunta, este trabalho encontra o seguinte objetivo geral conforme descrito a seguir: verificar o processo de pacificação das FARC e os efeitos no crime organizado transnacional na fronteira terrestre do Brasil.

1.2.2 **Objetivos específicos**

A fim de viabilizar a consecução do objetivo geral apresentado foram formulados alguns objetivos específicos a serem alcançados, que balizarão o encadeamento lógico do raciocínio descritivo apresentado neste estudo e que serão elencados em seguida:

a) Apresentar o histórico do processo da pacificação com as FARC e o cenário pós-conflito.

b) Identificar as áreas de interesse e os agentes criminosos que atuam na faixa de fronteira terrestre do Brasil, após a extinção das FARC, que ameaçam a segurança nacional brasileira.

c) Estudar a legislação que regula a atuação do Brasil no combate a crimes transnacionais, debatendo a formulação das políticas de segurança pública na manutenção da soberania e proteção do espaço brasileiro.

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Tendo em vista o foco deste trabalho, a delimitação do presente estudo são os fatos e atores ligados aos crimes transnacionais na faixa de fronteira Brasil – Colômbia, de cerca de 1.645 km, suas ligações antigas, atuais e os possíveis cenários futuros com as FARC e seus dissidentes. As organizações transnacionais criminais com ligações entre os dois países, em especial as ligadas ao mercado de drogas. As políticas de segurança na fronteira, com destaque para ações de cooperação e propostas para melhoria do controle transfronteiriço Brasil-Colômbia. Como delimitação temporal, vamos utilizar o ano de 2012, que marca o início do acordo de paz do governo colombiano com os guerrilheiros das FARC.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Esta seção objetiva discorrer de forma sucinta acerca dos principais tópicos que justificam a relevância deste trabalho. Desta forma, a importância desta proposta de pesquisa está apoiada nos seguintes aspectos:

A desmobilização do grupo guerrilheiro das FARC desde o início do processo de paz com o governo colombiano, ocasiona um vácuo de poder econômico e político em várias zonas de departamentos colombianos, muitas dessas atividades com ligação direta com

crimes transnacionais, em especial com o cultivo de cocaína, ocasionando a dificuldade das autoridades colombianas e dos países fronteiriços, como o Brasil, de conter o avanço de redes de crimes transnacionais na região e nas faixas de fronteira terrestre com a Colômbia.

Essa pesquisa possibilita identificar os principais atores destacados desse processo de desmilitarização das FARC e sua transformação em partido político, possibilitando a integração de um trabalho de cooperação transnacional no combate as organizações criminosas internacionais, que cada vez mais atuam de forma fragmentada e de maneira oculta, aproveitando-se para adentrar veladamente, nas esferas de poder econômico, político, judiciário e militar, dos países da América Latina.

2 METODOLOGIA

Com base nos conceitos teóricos apresentados no Manual de Elaboração de Projetos de Pesquisa da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), a metodologia empregada na confecção do trabalho científico ocorreu conforme o descrito a seguir. Seguindo a taxionomia de Vergara (2009), essa pesquisa foi qualitativa, explicativa, bibliográfica e documental. Qualitativa, pois privilegia análises de documentos, relatos e entrevistas para entender os efeitos do processo de pacificação das FARC nos crimes transnacionais na fronteira terrestre do Brasil. Explicativa porque o autor buscou tornar o assunto o menos complexo possível. Bibliográfica porque tem sua fundamentação teórico-metodológica na investigação dos assuntos abordados e na criação do conhecimento disponíveis em livros, manuais, artigos e redes eletrônicas de acesso livre ao público em geral. Documental porque se utiliza de documentos de trabalhos, relatórios, ofícios e memorandos não disponíveis para consultas públicas.

O método escolhido possui limitações, pois por se tratar de uma pesquisa bibliográfica limita-se às consultas realizadas pelo autor, que busca a maior variação possível, sendo de extrema importância a seleção das fontes utilizadas no trabalho, evitando que a análise subjetiva seja tendenciosa. Enfim, a metodologia utilizada evidencia de forma objetiva e clara, os seus tipos, universo e amostra, tratamento de dados e as limitações dos métodos elencados. Com isso, acredita-se que o método escolhido foi acertado e possibilita alcançar com sucesso o objetivo final desta pesquisa.

3 O PROCESSO DE TRANSIÇÃO COLOMBIANA DA GUERRA PARA A PAZ COM AS FARC

O processo de pacificação das FARC é um evento complexo com vários acontecimentos dentro dos mais de 50 anos de atuação do grupo armado. Houve várias aproximações e afastamentos anteriores dentro desse processo, gerando uma série de percepções por parte do governo e das FARC que fizeram o conflito ter essa duração prolongada.

3.1 O PRIMEIRO ACORDO COM AS FARC

A primeira tentativa de trégua nos conflitos guerrilheiros em território colombiano teve início no governo de Belisario Betancur que, em 1982, lançou um processo de paz, anistiando prisioneiros. Dois anos depois, chegava-se a um cessar-fogo com as FARC e mais duas grandes guerrilhas, sendo que o ELN o rejeitou. Essa trégua foi parcial e não houve uma deposição das armas, organização para efetivação de desmobilização, nem a concentração de combatentes em zonas de transição. Mesmo assim, essa paz momentânea encheu de esperança a opinião pública, onde os conflitos internos armados poderiam passar a negociação político-diplomática. O sucesso do acordo de paz estava ligado também a posição das FARC, já destacada como a principal guerrilha pelo seu amplo campo de atuação na zona rural. As chances de sucesso do processo não pareciam, porém, completamente infundadas. Apesar dos grupos como o M-19 e EPL romperem gradualmente o cessar-fogo, os componentes das FARC mostravam-se empenhados na preservação da trégua. Tanto que em 1985, juntaram-se ao Partido Comunista na constituição de um partido político legal, a União Patriótica (UP) (PÉCAUT, 2010).

Logo em seus primeiros anos de atuação política, eles obtiveram algumas vitórias eleitorais, que foram retaliadas por uma campanha de assassinato em massa de seus integrantes. Mais de 3.000 de seus políticos foram mortos em um curto período de tempo.(JOHNSON, 2017; BARGANT, MEIJA; 2017 apud FONSECA e AZEVEDO, 2018) Os assassinatos foram perpetrados por cartéis de tráfico de drogas, grupos paramilitares e facções políticas do país (VANEGAS, 2017; BARGANT, MEIJA; 2017; VALENCIA, 2017

apud FONSECA e AZEVEDO, 2018). No espaço de cinco anos, a maior parte de seus dirigentes e quadros, sem contar os simples militantes, nacionais ou locais, urbanos ou rurais, foi assassinada (PÉCAUT, 2010). Esse genocídio político paira como uma sombra para os guerrilheiros que se desmobilizam no atual processo (FONSECA e AZEVEDO, 2018).

3.2 A EXPANSÃO DAS FARC

Outro período de busca de uma solução para o conflito ocorreu em 1991 e 1992 por iniciativa do governo de negociar com a FARC, em inéditos encontros em solos estrangeiros (Venezuela e México, respectivamente) (PÉCAUT, 2010). Nesse momento, fica claro a expansão das FARC, que entram em condições de ditar regras duras na negociação de trégua, fato claro pelo desenrolar dos trâmites sem a interrupção das hostilidades. As tratativas se mostraram inócuas levando o governo colombiano a uma amarga e vergonhosa derrota política, seguida de incremento das operações de fustigação e sabotagens com numerosos ataques em diversos territórios, ficando claro que o grupo guerrilheiro utilizou esse período para reforçar as suas condições militares (TEIXEIRA JR, 2015), passando de uma posição de autodefesa para a ofensiva em suas ações.

3.3 A ZONA “DESMILITARIZADA” NO CESSAR FOGO

O terceiro período de negociação para paz ocorreu no governo de Pastrana entre 1998 e 2002, dentro de um contexto de enfraquecimento político e desorientação das forças militares frente ao crescimento territorial e pessoal das FARC. Essa situação levou o governo a ceder uma zona desmilitarizada na zona de Caguán (Caquetá), num total de 42.000 km2 (PÉCAUT, 2010), no sul do país, área do tamanho da Suíça e uma população de aproximadamente 100 mil pessoas (OSPINA, MARK e UCKO, 2016). O governo oferece essa área às FARC com o intuito de iniciar uma progressiva desmobilização. Novamente, o grupo usa da área como “porto seguro” para treinamento, planejamento militar e tratamento de guerrilheiros feridos, traindo os termos do cessar fogo (RABASA, 2007; GUÁQUETA, 2007; CUNNINGHAM, 2012, apud FONSECA e AZEVEDO, 2018). Não houve cessar-fogo, sendo ainda aumentado o número de ações do grupo armado em todo

o território. Os esforços do governo Pastrana, tinham o apoio de grande parte do povo colombiano e empenho de embaixadores europeus, o momento político era amplamente favorável as FARC, entretanto os guerrilheiros utilizaram esse período para reforçar o lado militar, afastando a opinião pública aberta a ouvir seu projeto político. Pelo contrário, as FARC redobraram ações que contrariavam qualquer perspectiva de acordo (PÉCAUT, 2010). É nessa época que as FARC atingem seu auge, aproveitando-se dos erros e equívocos do governo (OSPINA, MARK e UCKO, 2016). Um marco desse período ocorre com o sequestro de Ingrid Betancourt, ex-senadora e candidata à presidência da República, chocando a opinião pública internacional e abrindo espaço para uma nova fase no conflito.

3.4 COMBATE AS FARC E SEU RECUO

O peso político dos fracassos dessas tentativas de desmobilização caiu na conta das FARC, as eleições de 2002, marcam a ascensão de Álvaro Uribe à presidência, sendo o primeiro governo colombiano sem nenhum pensamento de negociação de paz (PÉCAUT, 2010). Os oito anos de “Política de Seguridad Democratica” do governo de Álvaro Uribe, a correlação de forças mudou, o que imprimiu nas FARC uma dose de realismo, levando a uma redefinição da sua postura política e estratégica: por um lado, uma consciência do esgotamento da via armada, por outro, uma desradicalização e contenção nas suas reivindicações na mesa de negociação (HENRIQUES, 2017). Tanto Pécaut como Fonseca e Azevedo, destacam fatores para retomada da iniciativa do governo no combate as FARC, o advento do Plan Colombia, um projeto apoiado pelos EUA que resultou em altos investimentos nas forças militares e policiais da Colômbia para que pudessem enfrentar os movimentos insurgentes e o narcotráfico; e a política de segurança adotada por Uribe, que implicava uma estratégia de guerra aberta contra as FARC, medidas de controle territorial e esforços de legitimação do Estado. Tais medidas estavam apoiadas a imensa aprovação da opinião pública à sua política de firmeza diante das guerrilhas, trabalhando com cifras sempre superiores a 60 % de aprovação.

A fase de confronto militar pode ser dividida em dois ciclos: a primeira (2003-2007) como fase mais intensa do conflito, em que se pôde, finalmente, por meio de enfrentamentos abertos, causar um desgaste nas FARC que as levaram à perda de iniciativa de combate. E a segunda fase (2007-2009), quando as forças militares consolidam

suas vitórias e, consequentemente, há uma diminuição na intensidade dos combates; por outro lado, as FARC se adaptam e recuam para fora das cidades e zonas rurais adjacentes, para regiões mais isoladas do país. (GRANADA et al., 2009; ECHANDÍA, 2011; MUÑOZ, 2015 apud FONSECA e AZEVEDO, 2018).

As FARC estão profundamente debilitadas militarmente, em retração territorial e com escassa base social (HENRIQUES, 2017). De fato, suas ações militares são cada vez mais limitadas. O avanço de Uribe, apoiada por grupos paramilitares em redutos sagrados do grupo guerrilheiro, e a morte de vários líderes das FARC como a morte de Raúl Reyes e de Alfonso Cano, seu líder máximo, em 2011, além da libertação de diversos reféns, dentre eles, a ex-candidata à presidência do país, Ingrid Betancourt em 2008, desestabilizaram o grupo (OSPINA, MARK e UCKO, 2016). Nos últimos tempos antes do processo de pacificação, resumiram-se essencialmente a dois tipos de iniciativa: disseminar minas terrestres pelo território, o que faz cada vez mais vítimas; atuar em grupos de dois ou três atiradores que matam alguns militares e depois desaparecem na mata (PÉCAUT, 2010).

Nesse cenário amplamente desfavorável as FARC que se iniciam as tratativas de negociação para paz do atual presidente, Juan Manuel Santos. Com uma trégua unilateral das FARC, em dezembro 2012 (TEIXEIRA JR, 2015).

3.5 O PROCESSO DE PACIFICAÇÃO

O acordo de paz, negociado ao longo de mais de quatro anos, em Havana (e numa fase inicial na Noruega), era o corolário de mais de trinta anos de processos de paz na Colômbia, tendo chegado onde nenhum anteriormente conseguira com as FARC. Vários fatores permitiram que este processo de paz, ao contrário dos vários anteriores, culminasse num acordo com a mais antiga e poderosa guerrilha da América Latina.

Os diálogos iniciados no final de 2012 em Havana foram estabelecidos a partir de uma agenda temática cujos principais pontos são: 1) desenvolvimento agrário (reforma agrária e posse de terras); 2) participação política dos guerrilheiros; 3) desmobilização das forças de guerrilha; 4) narcotráfico (discussão de alternativas para desenvolver a região de cultivo de coca); e 5) vítimas (discussão sobre punições contra responsáveis por abusos de direitos humanos). As negociações foram caracterizadas pelas distintas interpretações do

fator tempo por parte da guerrilha e do governo. Este fator foi um aspecto categórico para o empenho das partes no diálogo em busca de soluções. Para as FARC este processo poderia transcorrer lentamente, considerando que após tantos anos de luta, os guerrilheiros estavam dispostos a esperar o tempo necessário para alcançar suas demandas e objetivos. Em contrapartida, para o governo esta nova rodada de negociações é marcada por um senso de urgência. A pressa do governo em estabelecer soluções concretas para o conflito estava pautada pelos anos de mandato presidencial de Santos, que determinam o prazo disponível para atingir os acordos e, com isso, conseguir um retorno político favorável (PEREIRA, 2015).

O primeiro avanço ocorre em 2013 com o estabelecimento de um acordo entre o governo e as FARC a respeito da questão agrária. Ligada no pequeno produtor e no estímulo à projeção agropecuária, além de prever uma recuperação dos danos cometidos aos camponeses, vítimas de deslocamentos forçados devido ao conflito. Em 2014 foi firmado entre as partes os detalhes sobre o combate ao narcotráfico mediante uma cooperação mútua em prol da promoção de outros cultivos pelas pessoas ligadas ao plantio da folha da coca. Isso tem como meta de liberar a Colômbia dos cultivos ilícitos, da semeadura de coca e da produção de cocaína. Além disso outros temas como a criação de programas de saúde pública de prevenção ao consumo de drogas ilícitas entraram na pauta de negociações. (PEREIRA, 2015).

Outra parte acertada foi a participação política das FARC, que terão direito a dez assentos no Congresso, nos primeiro dois anos com direito apenas com direito de voz, sem poder interferir na tomada das decisões, sendo que em dez anos o novo partido formado pela guerrilha terá que conquistar suas vagas pela votação popular.

Depois de quatro anos de extensas negociações os Acordos de Havana, são oficialmente firmados em Cartagena em 26 de setembro 2016. Depois disso, o acordo foi submetido ao referendo popular, mas o grande entusiasmo internacional não refletiu na população colombiana, pois a votação teve a taxa de abstenção recorde de 63% e a opção por não ratificar o acordo foi escolhida por 50,2% dos votos válidos, sendo a diferença entre o "não" e o "sim" foi de menos de 60 mil votos (MIRANDA, 2016). Diante da surpresa dos observadores internacionais que não entenderam por que o povo rejeitava a paz para o conflito, mas que esqueceram que perdoar 50 anos de agressões e violência não é tarefa

fácil, pois apesar de grande parte dos colombianos afirmar querer a paz, eles ainda não ficaram convencidos com os termos do acordo.

Apenas cinco dias após o “no” colombiano no referendo, o presidente Juan Manuel Santos recebe o Prêmio Nobel da Paz do comitê norueguês, uma mostra da vontade internacional de solucionar a questão (WATKINS,2016).

Depois da recusa no referendo pelos colombianos, o governo de Santos buscou apoio no congresso nacional para renegociar ou modificar os acordos já assinados em consenso com os negociadores do FARC no menor tempo possível para o desarmamento imediato dos guerrilheiros. Algumas alterações como a proteção da propriedade privada na reforma agrária e a obrigação de as FARC usarem o próprio patrimônio para reparar as vítimas do conflito foram feitas. Apesar das críticas e ameaças de exigir esse novo acordo político, devido à recusa do governo em convocar um novo referendo para os colombianos aprovarem. Com a ratificação e implementação no Congresso, o processo de desmobilização de insurgentes e entrega de armas à ONU ficou marcada para dentro de 180 dias a partir de 1º de dezembro de 2016.

Os objetivos do acordo buscam soluções de temas de grande complexidade, principalmente por todo o histórico colombiano de fracassos, descumprimentos e retorno ao conflito. Essa implementação de medidas em prol da paz deve ser acompanhada por grandes transformações na Colômbia. As alternativas para a integração dos militares e guerrilheiros desmobilizados na sociedade, bem como da realocação das estruturas destinadas especificamente para a guerrilha e sua contenção. Sobre acordos a respeito do narcotráfico, o Estado deverá desempenhar papel ativo no planejamento sobre a melhor forma de reutilizar as áreas cocaleiras, sem prejudicar aqueles cuja sobrevivência esteja atrelada ao cultivo da folha (PEREIRA, 2015). A prestação de serviços eficazes por parte do Estado, com presença ativa em todo o território do país é a melhor forma de prevenir uma futura constituição de grupos armados. A garantia de recursos para manutenção de todos os programas ligados ao processo é um desafio que, provavelmente, se tornarão mais difíceis de serem obtidos na medida em que a novidade do início do processo de paz se esvaneça.

3.6 CENÁRIO PÓS-CONFLITO

No dia 26 de setembro de 2016 foi assinado na cidade de Cartagena o “Acordo final para a terminação do conflito e construção de uma paz estável e duradoura” entre o governo colombiano, presidido por Juan Manuel Santos, e Rodrigo Londoño, Alias Timochenko, ex-comandante máximo das FARC, que pretendia colocar um ponto final em cinquenta e dois anos de conflito armado, que deixou mais de oito milhões de vítimas, sendo 220 mil diretas. Sua ratificação final em 1º de dezembro marcam o início da era pós-FARC como guerrilha declarada.

A partir do dia “D”, iniciaram-se os prazos convencionados no acordo para desmobilização Ao todo foram predispostas 23 Zonas Veredales Transitórias de Normalización, as ZVTN e 4 acampamentos destinados a preparar os aproximadamente 7.000 insurgentes em seu trânsito à vida civil.

Fonte: UN MISSION IN COLOMBIA, 2016

FIGURA 1 – As Zonas Veredales.

Fonte: Disponível em Colômbia e as FARC: Cenários pós-conflito e repercussões regionais Instituto Igarapé, artigo estratégico 34, 2018.

Todo o processo de desmobilização foi acompanhado por uma missão especial das Nações Unidas (ONU), que destinou equipes e monitoramento para cada ZVTN, que, juntamente com equipes do governo colombiano e das FARC, ficaram encarregadas das tarefas inerentes ao processo de desmobilização. As ZVTN foram protegidas por uma zona de segurança de 1 km, onde não podia haver deslocamento e permanência de membros das FARC e da força pública (FONSECA; AZEVEDO, 2018).

Os problemas logísticos e administrativos em alguns casos, os guerrilheiros chegaram às zonas de desmobilização e encontraram uma infraestrutura aquém do que imaginavam e do que lhes havia sido prometido. Em alguns locais não havia água, eletricidade ou alojamento adequado. atrelados ao atraso dos guerrilheiros em apresentar-se para a desmobilização fez os prazos iniciais serem dilatados. Isso refletiu mais tarde na taxa de dissidentes, ponto que vamos abordar mais a frente como um dos atores nos crimes transfronteiriços.

Outro ponto de destaque no processo foi a deposição das armas das FARC, visto como uma medida de grande sensibilidade para o acordo, pois existe muita desconfiança gerada nas décadas de confrontos diretos. Para o guerrilheiro, a entrega ou abandono das armas representa não só uma renúncia a um estilo e ideologia de vida como também o leva à insegurança de abandonar a única ferramenta que o grupo insurgente entende possuir para pressionar e fazer cumprir os acordos (FONSECA; AZEVEDO, 2018).

Segundo Fonseca, o processo “abandono de armas” foi dividido em três etapas, onde as FARC deveriam entregar todas as suas armas de fogo. As etapas foram divididas da seguinte maneira: Dia D + 90, Dia D + 120 e Dia D + 150. Nestas etapas as FARC deveriam entregar, gradativamente, suas armas: 30%, 30% e 40% do seu arsenal, nos prazos mencionados. Embora o grupo tenha apresentado um inventário parcial contendo 14 mil armas, confirmado pelo próprio presidente Santos e seu ministro de defesa, a comissão da ONU comemorou, em agosto de 2017, a entrega de mais de 8 mil armas, o que simbolizou o fim das FARC como grupo armado.

A polêmica é relevante para o Brasil, porque existe a preocupação de que parte do arsenal das FARC seja possivelmente negociada no mercado negro, tendo como destino o Brasil. Além disso, a demora na localização dos depósitos por parte das FARC pode ocorrer tanto pelo fato da própria liderança não conhecer a localização de todos eles, como pela grande possibilidade de que contenham também verdadeiros “tesouros” em dinheiro. A probabilidade de que muitos depósitos se localizem perto das fronteiras viabiliza enormemente o contrabando, por ser em região de selva densa, que oferece a cobertura perfeita para sua guarda, armazenamento e transporte, por seus inúmeros e extensos rios. Não só as características geográficas os favorecem, mas também o fato de haver uma quase ausência de vias terrestres e escassa presença de forças militares e policiais de ambos os lados das fronteiras. As ORCRIM e os demais grupos guerrilheiros se aproveitam

desta situação para suas atividades, por isso o governo colombiano tem dialogado com os governos de seus países vizinhos de maneira a se empenharem em aumentar sua presença nas fronteiras. (FONSECA; AZEVEDO, 2018)

A lentidão da implementação do acordo de paz refletiu em uma rejeição popular. Em um ano, apenas 18,3% dos termos previstos saíram do papel. A reforma rural nas áreas onde a guerrilha atuava avançou apenas 5% (NAVARRO, 2018). Este atraso foi apontado como um dos motivos da derrota eleitoral dos aliados do ex-presidente Santos e a ascensão do atual presidente Iván Duque, eleito com a promessa de revisão de alguns aspectos controversos do acordo de paz, como a anistia aos crimes de narcotráfico.

O recente anúncio feito por ex-líderes das FARC, no dia 29 de agosto corrente, de retorno a luta armada e a ruptura com o acordo de paz. Esse fato reforça os dados levantados sobre o aumento da dissidência de guerrilheiros causada por inúmeros fatores como o maior rigor do novo governo colombiano liderado por Iván Duque; as suspeitas de apoio do governo venezuelano inflacionadas pela grave crise institucional daquele país; a aproximação dos dissidentes com os guerrilheiros do Exército de Libertação Nacional (ELN); a alegação de que, segundo MARQUEZ, em dois anos, mais de 500 líderes do movimento social e 150 guerrilheiros foram mortos sem uma resposta devida do Estado colombiano; além da influência dos Estados Unidos com o pedido de extradição de ex-guerrilheiros por crimes cometidos após o processo de pacificação.

4 ATORES DO CRIME TRANSNACIONAL NA FRONTEIRA BRASIL-COLÔMBIA

O crime organizado infiltra-se na região transfronteiriça amazônica há vários anos, fenômeno que preocupa sobremaneira a sociedade, eivado de complexidade, propicia diversos debates sobre o seu efetivo combate, o desafio para a soberania do Brasil, além do papel do Exército Brasileiro. As organizações criminosas beneficiam-se com a globalização, atingindo abrangência transnacional (CAVALCANTI JUNIOR; SOARES, 2016).

A desmobilização das FARC, como parte de um acordo que encerrou mais de 50 anos de guerra, fez crescer a preocupação de que ex-combatentes fortemente armados da guerrilha pudessem se unir às facções do narcotráfico cada vez mais poderosas no Brasil.

A fragmentação da guerrilha colombiana coincide com o realinhamento entre as gangues de drogas brasileiras, que operam o comércio de cocaína avaliado em aproximadamente US$ 4,5 bilhões no país, maior consumidor do mundo depois dos EUA, e que canalizam as drogas para a Europa (SPUTNIK, 2017).

4.1 DISSIDENTES DAS FARC

A dissidência é um desafio comum após processos de paz com grupos armados, como foi observado na Colômbia com as Autodefesas Unidas da Colômbia (Autodefesas Unidas de Colômbia - AUC) e na Irlanda do Norte com o Exército Republicano Irlandês (IRA). No entanto, as estimativas do governo colombiano da dissidência das FARC caem bem abaixo daquelas observadas no local, e esses números provavelmente aumentarão se os problemas com a implementação do acordo de paz permanecerem sem solução (ALBALADEJO, 2017).

O acordo de paz assinado em 2016 comemorou o fim de uma das mais longas guerrilhas de nosso tempo. As FARC depuseram as armas, e seus mais de 7000 combatentes entregaram parte de seu arsenal. Após as FARC conseguir anistia e entrar para a legalidade como partido político, muitos ex-integrantes do grupo ludibriaram o acordo, mantendo o controle sobre o tráfico de drogas. Cerca de 1000 dissidentes seguem cuidando do negócio da organização, a produção de drogas. Os armamentos ligados aos “órfãos das FARC”, como AK-47, conhecido como uma arma-padrão dos guerrilheiros, estão sendo contrabandeados para organizações criminosas brasileiras ou com a atuação como “freelancers” para as facções locais (COUTINHO, 2018).

Apesar de as FARC e o governo colombiano terem anunciado um acordo de paz, nos últimos meses, dissidentes da guerrilha ligados à “Frente Primeira”, que atuaria em boa parte da fronteira do Brasil com a Colômbia, se recusaram a aceitar os termos do acordo. Entre os dissidentes está Gentil Duarte, antigo membro da cúpula das FARC que foi designado para conduzir a frente rumo ao processo de paz, mas que acabou se juntando aos dissidentes (PRAZERES, 2017).

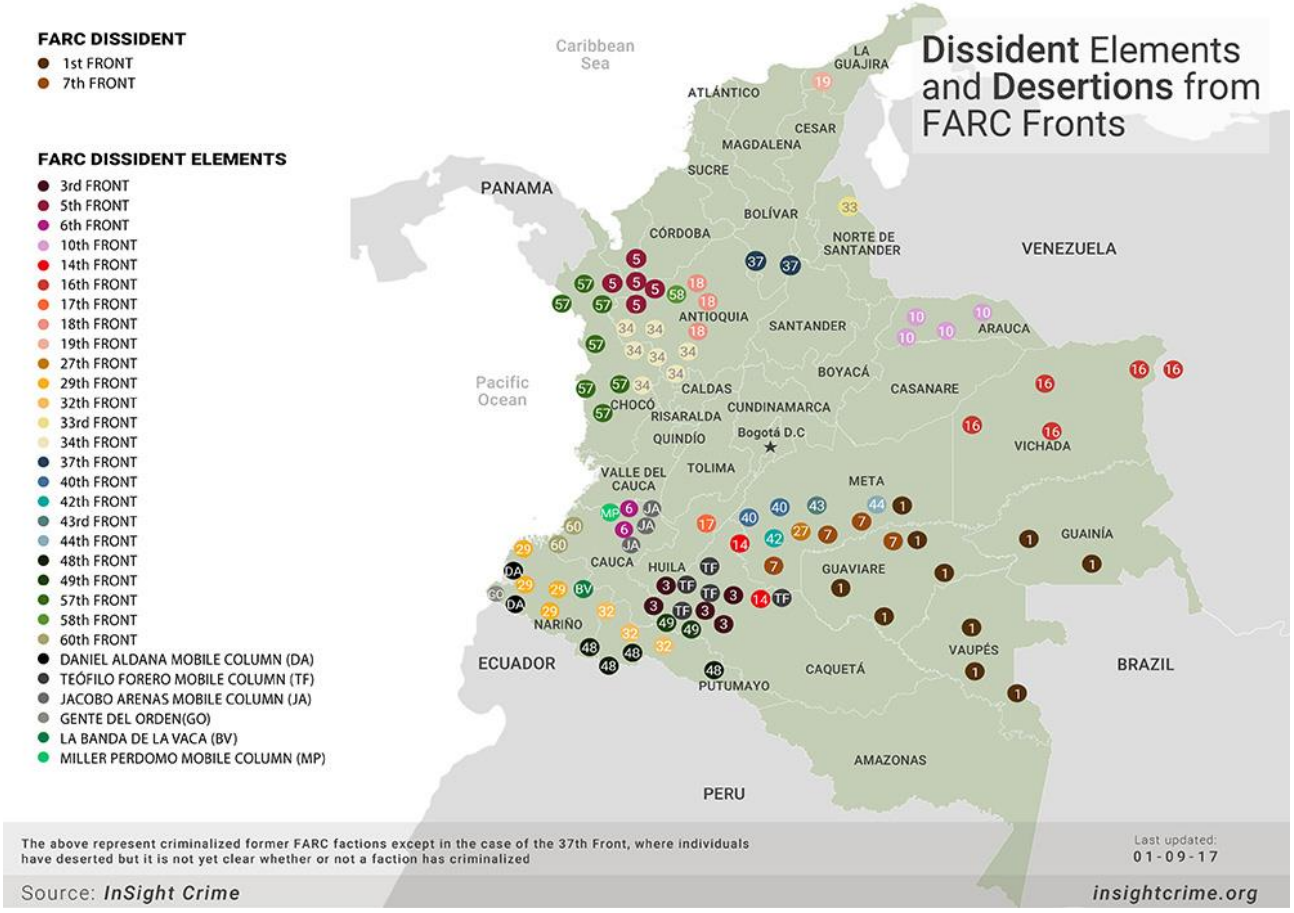

FIGURA 2 – Mapa dos elementos dissidentes das FARC por Frentes.

Fonte: Disponível em https://angelikaalbaladejo.com/2017/10/17/colombia-underestimating-scale-of-farc-dissidence/, acessado em 05 de junho de 2019.

A mudança de postura do governo do presidente colombiano Iván Duque, eleito em 2018, foi a de endurecer os termos do acordo de paz, o que aumentou a insegurança jurídica dos termos do acordo celebrado em 2016.

De fato, a maioria dos dissidentes das FARC parece ser em grande parte motivada por crescentes frustrações com o descumprimento do governo com aspectos-chave do acordo de paz e com o apelo de reentrar na esfera criminosa (ALBALADEJO, 2017), além disso, muitos alegam passar à clandestinidade devido a matança de 139 ex-combatentes desmobilizados final de 2016 (REUTERS,2019).

A conservadora sociedade colombiana está dividida entre aqueles que estão dispostos a perdoar os ex-guerrilheiros e os que defendem que os rebeldes fiquem atrás

das grades para pagar pelos assassinatos, sequestros e violações dos direitos humanos cometidos em uma guerra que já custou 260 mil vidas (REUTERS, 2019).

Segundo levantamento da agência REUTERS, O número de dissidentes que em novembro de 2016 decidiram permanecer escondidos e não entregar suas armas foi estimado em cerca de 300. Em 2019, o governo estima que os remanescentes do grupo que opera nas selvas e montanhas colombianas aumentaram para 2.300, em grande parte graças aos dissidentes, mas também aos novos membros. Somente a partir do final de 2018, o número cresceu mais de 30%, segundo o relatório da inteligência.

Muitos desses dissidentes voltam as armas seduzidos pelos recursos milionários do narcotráfico e da mineração ilegal. Onde estão esses grupos armados organizados ou onde eles apareceram, observa-se que estão associados a economias ilícitas, onde há uma alta presença de tráfico de drogas ou mineração ilegal, ou em **área de fronteira** (REUTERS, 2019, grifo nosso).

4.2 FAMÍLIA DO NORTE

A facção brasileira Família do Norte (FDN) nascida em 2007 na região de Manaus tornou-se rapidamente a maior organização criminosa da região Norte do Brasil e a 3ª maior do Brasil, com cerca de 200 mil membros (CAVALCANTI JUNIOR; SOARES, 2016). A facção nortista ganhou força por causa da maior repressão na faixa de fronteira brasileira nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul a partir de 2010, essa circunstância geográfica transferiu rotas do tráfico de drogas e armas para as calhas do rios da Amazônia multiplicando a utilização da chamada Rota do Solimões da cocaína produzida no Peru e na Colômbia, a qual a FDN é a controladora do negócio, devido ao domínio da logística e o conhecimento da hidrografia da floresta. Quase a totalidade da cocaína que atravessa os rios da Amazônia está sobre o controle da facção com três destinos principais dois dentro do próprio país, o consumo interno no varejo no Rio de Janeiro e nas regiões Norte e Nordeste. O terceiro destino é os portos nordestinos com destino à Europa, com a ligação dos canais internacionais operado por cartéis colombianos (LEITÃO; FRAZÃO, 2017).

De acordo com o levantamento do Ministério Público Federal de Amazonas (MPF-AM) e da Polícia Federal, a FDN tem "conexões estreitas" com as Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia). Segundo investigações, a facção usava essas conexões para comercializar drogas e comprar armamento pesado para ser usado no Brasil (PRAZERES, 2017).

Mantendo, nesse mesmo período, estreitas conexões com outras organizações criminosas, em especial o **Comando Vermelho (CV)**, além das **Forças Revolucionárias da Colômbia (FARC)** e outras radicadas no nordeste (principalmente no Ceará) e no estado do Pará, tecido criminoso que se autointitulava **FAMÍLIA DO NORTE (FDN)**, cuja denominação conhecida em presídios do Amazonas recebe em seu nome as iniciais **CV**, ficando **FDN-CV**.

Trecho de denúncia feita pelo MPF-AM contra líderes da FDN (Família do Norte)

FIGURA 3 – Trecho de denúncia feita pelo MPF-AM da ligação da FDN com as FARC.

Fonte: Disponível em https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/01/04/fdn-tinha-conexoes-estreitas-com-as-farc-diz-mpf.htm, acessado em 05 de junho de 2019.

As FARC facilitaram o acesso a diversos armamentos vendidos a integrantes da FDN, negociando armas como fuzis AK-47 e submetralhadoras Uzi (de fabricação israelense) com os principais integrantes da FDN. As armas seriam entregues a integrantes da facção na cidade peruana de Santa Rosa, na tríplice fronteira com o Brasil e a Colômbia. As armas compradas devem ser usadas nas missões da facção na região, referindo-se ao transporte da droga adquirida na Colômbia e no Peru para o Brasil (PRAZERES, 2017).

4.3 PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL

O Primeiro Comando da Capital (PCC) é outra organização criminosa que teve pontos de ligação encontrados com as FARC e com seus dissidentes. A desmobilização da guerrilha colombiana abre uma janela de oportunidade para que facções criminosas brasileiras aliciem ex-guerrilheiros, atuem diretamente em territórios de produção colombianos na fronteira e tenham acesso ao arsenal militar não entregue às autoridades colombianas no processo de pacificação.

Segundo Luis Carlos Villegas, então Ministro de Defesa da Colômbia, o PCC foi levantado como um dos maiores interessados no recrutamento dos dissidentes das FARC. Seu grande interesse estaria ligado a oportunidade de adquirir o treinamento militar com os ex-guerrilheiros colombianos para avançar no domínio das rotas de narcotráfico na fronteira amazônica.

Nos estados do Acre e Rondônia, que fazem fronteira com a Bolívia, o PCC é que dá as cartas, controlando de forma exclusiva a venda de droga boliviana no Brasil, o controle da faixa de fronteira do PCC estende-se até o Paraguai. A atuação do PCC no Nordeste também já está consolidada, um exemplo disso é o controle da rota do narcotráfico do que usa o Ceará como local de envio de droga para a Europa. A ideia da ORCRIM é prosseguir dominando e absorvendo pequenos esquemas criminosos no centro-oeste e no Norte, em especial na região de fronteira do Paraguai, Bolívia, Peru e Colômbia, com interesse de controlar todo o ciclo produtivo da cocaína, da produção e refino, os laboratórios e a distribuição para os consumidores.

Na região amazônica, a facção entrou em choque com a FDN com intuito de disputar as lucrativas rotas de narcotráfico internacionais da região, inclusive entrando no território colombiano, e o ciclo produtivo da cocaína.

4.4 NOVA GERAÇÃO DE NARCOTRAFICANTES

A nova geração de criminosos surge como mais um desafio no combate ao crime transfronteiriço entre o Brasil e a Colômbia. Segundo Mcdermott (2018), esta evolução está relacionada com a saída das FARC e da AUC do cenário criminal, o tráfico de drogas tem sido mais exposto do que nunca, sem lugar para se esconder. Uma vez identificado pelas autoridades nacionais ou internacionais, a vida útil de um líder importante é curta, a menos que você esteja preparado para levar uma vida de guerrilheiro na selva, indo de uma barraca para outra toda noite, e desistindo dos confortos e oportunidades que pode ser proporcionada por uma grande fortuna. Dessa forma, o narcotraficante do alto escalão atual prefere esconder-se atrás de uma fachada de empresário bem-sucedido, evitando a vida de ostentação e violência extrema que marcaram a gerações anteriores.

Esse ator “invisível” é o topo mais alto da organização criminosa, muitos são descendentes de pais ou avôs da antiga geração, que tiveram acesso a empresas legalizadas levantadas pela lavagem de dinheiro e aprendeu, desde cedo, que manter-se fora do radar era a melhor opção para a longevidade no negócio.

As antigas estruturas de exércitos particulares, controle territorial e facções em guerra dos grandes chefes de cartéis são substituídas por estruturas reduzidas e grande terceirização de atividades da rede criminosa. Essa redução de equipes abriu espaço para o crescimento de pequenos e médios níveis que antes eram dominados pelos grandes chefes. Isso contribui para a menor exposição e a dificuldade de combate aos chefes do narcotráfico internacional. Essa fragmentação do crime vista na Europa, Colômbia e México, em diversos escalões de comando, já dificulta o combate aos delitos transfronteiriços.

O segundo nível do narcotráfico na fronteira Brasil- Colômbia é aquele que tem maior visibilidade, pois trabalha territorialmente. Este grupo é formado por atores com certa capacidade militar, entre eles os dissidentes das FARC, e onde os principais grupos criminosos brasileiros, como os já citados FDN e PCC, querem cada vez mais infiltrar-se. As estruturas de proteção e regulação de produção de cocaína, os laboratórios, remessa de produtos químicos para refino, atuação nas zonas de cocaleiros, escolta de remessas de coca no seu território e a segurança do envio da origem até a saída do produto para o Brasil ou exterior. Este nível realiza o trabalho mais pesado e mais violento, o que provoca conflitos por territórios, sendo também o mais combatido pelas autoridades de segurança. Contribuindo para a fragmentação desse nível, um dos motivos da queda das FARC, que atuava diretamente nesse nicho, e onde surge a oportunidade de entrada dos FARCRIM brasileiras nesse negócio antes dominados por criminosos colombianos.

5 A SEGURANÇA NA FAIXA DE FRONTEIRA TERRESTRE BRASILEIRA

A fronteira terrestre brasileira possui cerca de 17 mil quilômetros de extensão, o que corresponde a 27% do território nacional, inclui 11 estados fronteiriços e está disposta por 10 países vizinhos (BRASIL, 2016). Dessa parte, compartilhamos mais de 1645 km, com a Colômbia, mantendo sempre relações cordiais, porém de baixa intensidade (PASTRANA e GEHRING, 2016 tradução nossa). Segundo o artigo 20, § 2º, da Constituição Federal de 1988, faixa de

fronteira é a faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, sendo considerada fundamental para a defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei, atingindo assim uma faixa de fronteira terrestre brasileira de cerca de 2.500.000 Km² (BRASIL, 2016).

Nessa pesquisa, vamos delimitar o estudo na faixa que enquadra a fronteira Brasil e Colômbia, além de identificar problemas e desafios gerados pelas FARC nas fronteiras Colômbia X Equador e Colômbia X Venezuela.

Seguindo a divisão das áreas de fronteiras em arcos do Grupo de trabalho do Ministério de Integração Nacional, está região é englobada no Arco Norte e possui características como contingente de população indígena do país diferenciado em variadas etnias e culturas, a demarcação de Terras Indígenas nessa área criou zonas-tampão no limite internacional amazônico (BRASIL, 2005).

A extensa fronteira permeável, seja pela floresta seja pelos rios da região, em grande parte de terras indígenas, prejudica a fiscalização e o controle da circulação de pessoas, bens e serviços. Além disso, a existência de grupos armados ligados ao narcotráfico na região amazônica, grandes produtores de drogas, contribuem para a construção de instalações como portos e aeroportos clandestinos, além de laboratórios para beneficiamento da cocaína, dentro de território brasileiro. Com isso, essa faixa de fronteira também se apresenta como corredor para outras práticas ilícitas, como o tráfico de drogas, armas e animais silvestres, a migração e garimpo ilegais (COUTO, 2011).

5.1 BASE LEGAL PARA ATUAÇÃO DA FORÇA TERRESTRE NA FAIXA DE FRONTEIRA

A atuação da Força Terrestre na faixa de fronteira encontra respaldo no ordenamento jurídico pátrio a partir da regulamentação do parágrafo 1º do artigo 142 da CF/88, in verbis:

Art. 142. As FFAA, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da

República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Parágrafo 1º: Lei complementar estabelecerá normas gerais a serem adotadas na organização, no preparo e no emprego das FFAA. (grifo nosso) (BRASIL, 1988)

A fim de regulamentar o disposto no texto constitucional, o legislador pátrio editou a Lei Complementar n° 097, de 09 de junho de 1999, alterada posteriormente pela

Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010. Assim, o artigo 16-A do supracitado diploma legal regulamentou as atividades que podem ser desencadeadas na faixa de fronteira do território nacional.

Art. 16-A. Cabe às Forças Armadas, além de outras ações pertinentes, também como atribuições subsidiárias, preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, independentemente da posse, da propriedade, da finalidade ou de qualquer gravame que sobre ela recaia, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, executando, dentre outras, as ações de:

I - patrulhamento;

II - revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações

e de aeronaves; e

III - prisões em flagrante delito. (grifo nosso) (BRASIL, 2010b)

Observa-se, portanto, que o dispositivo legal supramencionado limita a atuação das Forças Armadas às atividades de combate aos delitos transfronteiriços e ambientais, restringindo o campo de atuação das tropas federais. Dessa forma, as condutas tipificadas em lei que não possuam correlação com estes tipos penais serão de competência dos órgãos de segurança pública elencadas no texto constitucional pelo artigo 144.

Portanto, a legitimidade das ações da Força Terrestre está clarificada na Carta Magna, originando-se do próprio poder constituinte originário. Em apertada

síntese, as operações de faixa de fronteira são plenamente recepcionadas pela teoria do Estado moderno, haja vista a obrigação do Estado, por intermédio de suas Forças Armadas, em prover segurança aos seus cidadãos. Restou, no entanto, a necessidade da conceituação dos termos que definem legalmente sua atuação neste tipo de atividade.

Para o exercício das suas inúmeras atribuições, o Estado necessita, muitas vezes, inibir ou coibir ações individuais ou coletivas em proveito do bem comum. Assim, ao limitar ou disciplinar um direito, interesse, a liberdade individual ou coletiva, o agente estatal estará exercendo o denominado “poder de polícia”, fundamentado na supremacia do Estado sobre os que estão sob sua tutela, dentro dos limites da lei (DI PRIETO, 2001).

Segundo nos ensina MEIRELLES (2002), o poder de polícia trata-se de um ...mecanismo de frenagem de que dispõe a Administração Pública, para deter os abusos do direito individual. Por esse mecanismo, que faz parte de toda Administração, o Estado (em sentido amplo: União, Estados e Municípios) detém a atividade dos particulares que se revelar contrária, nociva ou inconveniente ao bem-estar social e à segurança nacional.

Neste sentido, cumpre destacar o conceito estampado no artigo 78, do Código Tributário Nacional, in verbis:

Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de ato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina de produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos. (BRASIL, 2000)

5.2 ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA E AS RELAÇÕES NA FRONTEIRA

Um marco importante nessa relação ocorreu em 1978, com a firmação do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), posteriormente convertido em

Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), juntamente com o Equador, Suriname, Venezuela, Peru e Guiana (PASTRANA e GEHRING, 2016 tradução nossa).

A fronteira Brasil-Colômbia está localizada em uma zona de difícil acesso na selva amazônica, o que requer esforços de monitoramento constante. Uma das iniciativas foi a criação da Comissão Binacional Fronteiriça (Combifron) e a adoção do Plano Binacional de Segurança Fronteiriça. Estas ações estavam enquadradas no Plano Estratégico de Fronteiras (PEF) lançado no mesmo ano pela presidente Dilma Roussef (BRASIL, 2011). O PEF foi revogado com o Decreto Nr 8.903 de 16 de novembro de 2016 que instituiu o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF) que tem como escopo o fortalecimento da prevenção, do controle, da fiscalização e da repressão dos delitos transfronteiriços. (BRASIL, 2016).

Essas relações regionais e bilaterais eram incipientes e não significavam uma aliança estratégica, o pós-conflito com as FARC abre um cenário de maior aproximação entre os países.

5.3 SISFRON

Segundo Raza, a região de fronteira Brasil-Colômbia encontra-se na muralha amazônica, zona fronteiriça mais importante e complexa, levando à necessidade de uma postura proativa coordenada. O Brasil empreendeu uma abordagem inovadora para garantir a segurança ao longo da fronteira da Amazônia terrestre, chamada Amazônia Verde. Utilizando os sistemas já existentes como o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)[2], a novos sistemas de outros órgãos, incluindo não militares como a Petrobras, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), a Polícia Federal e a Receita Federal (Serpro)

Atualmente a fronteira é vista como uma grande barreira verde, formada pela densa floresta Amazônia, e pequenas passagens como rios e aeródromos, controlados pelo Exército Brasileiro (mapa 1).

Fica claro que esse controle não é suficiente para deter o fluxo de drogas e outras atividades ilícitas.

O SISFRON é um sistema integrado de sensoriamento, de apoio à decisão e de emprego operacional, cujo propósito é fortalecer a presença e a capacidade de ação do Estado na faixa de Fronteira, produzindo informações confiáveis e oportunas para reduzir vulnerabilidades e otimizar a atuação do Exército Brasileiro e o apoio às operações conjuntas e interagência - cada vez mais frequente na faixa fronteiriça. (BRASIL).

Atualmente o projeto-piloto está atuando com cerca de 90% de sua capacidade tática, debruçado sobre a fronteira de 650 km na fronteira do Mato Grosso do Sul, entre os Municípios de Mundo Novo e Caracol, na fronteira com a Paraguai. O SISFRON possui, dentre seus objetivos, prover as informações sobre as áreas mais vulneráveis a crimes transnacionais e ilícitos transfronteiriços.

Seu processo de implantação está diretamente relacionado com a previsibilidade orçamentária para esse projeto estratégico, necessários para dar continuidade para um projeto dessa envergadura. Dessa forma, essa grande capacidade de monitoramento ainda não está disponível na fronteira Brasil-Colômbia e a sua implantação nessa região depende do orçamento destinado para esse projeto. As informações obtidas no projeto piloto que refletem no volume crescente de apreensões em operações interagências e das Forças Armadas. Em 2016, foram apreendidas 133 toneladas de drogas. No ano seguinte, esse número subiu para 217 toneladas. Até novembro de 2018, o volume alcança 196 toneladas. (GONZAGA), reforçam a eficiência do SISFRON no combate aos delitos transfronteiriços que seriam de grande valia na fronteira Brasil – Colômbia, inclusive na manutenção de nossa soberania.

Os critérios de segurança da fronteira Brasil-Colômbia devem considerar, especificamente, os aspectos destacados a seguir.

A natureza da resposta a intrusos (forças regulares, guerrilheiros, narcotraficantes, contrabandistas “comuns”, imigrantes ilegais) precisa ser assertivamente rigorosa, atrelados ao componente de guerra irregular de um possível grupo formado por dissidentes das FARC. Havendo a necessidade de ter ampla iniciativa das forças armadas e policiais para ter vantagem sobre os intrusos na região.

Para isso, Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), ressalta como uma das medidas as ações de cooperação internacional com países vizinhos (BRASIL, 2016). o encontro dos ministros de defesa em 2017, já mostrava a preocupação com “ações no sentido de não permitir que os dissidentes das Forças Revolucionárias da Colômbia (FARC) atuem na região fronteiriça”, com os objetivos de intensificar o controle das fronteiras, resultando em maior segurança e combate as drogas, ao tráfico de armas, ao contrabando e descaminho. (BRASIL, 2017).

6 CONCLUSÃO

O processo de pacificação das FARC na Colômbia é um processo jovem e em fase de consolidação, que busca trazer uma solução de “ganha-ganha” para o fim de uma guerrilha que durou mais de 50 anos. A transformação da antiga FARC guerrilha em partido com as mesmas siglas: Força Alternativa Revolucionária do Comum, não conseguiu fazer uma boa transição para o meio político, deixando a dúvida se o povo colombiano está preparado para aceitar esse importante passo. Esse processo vem sofrendo constantes ajustes, avanços e recuos, devido seu grande peso político e afetivo na Colômbia.

Dentro desse espectro, a instabilidade gerada pela pacificação das FARC, seu desarmamento de membros e sua reinserção na sociedade faz-se sentir dentro do território colombiano e, consequentemente atinge seus países vizinhos como Brasil, Equador e Venezuela.

O vácuo de poder formado pela saída das lideranças das FARC de importantes fases do mercado internacional do narcotráfico, abriu espaço para a fragmentação do poder no chamado segundo nível dessa estrutura criminosa, com o avanço de novos atores, como as ORCRIM brasileiras: PCC, FDN e CV.

O crime organizado brasileiro atuando na faixa de fronteira colombiana não gera apenas um problema de segurança pública, mas também sérias ameaças a defesa brasileira. Os delitos transfronteiriços dessa região, ligados a facilidade de acesso a armas, drogas e pessoal oriundas de dissidentes ou antigos colaboradores das FARC, podem representar um cenário de formação de uma narcorregião nos limites amazônicos entre os dois países. As dificuldades de infraestrutura logística, econômica e social atreladas ao avanço da lucrativa atividade criminosa são uma ameaça que está muito viva na região,

como podemos ver no infográfico sobre a região conflagrada de Catacumbo entre a Venezuela e Colômbia.

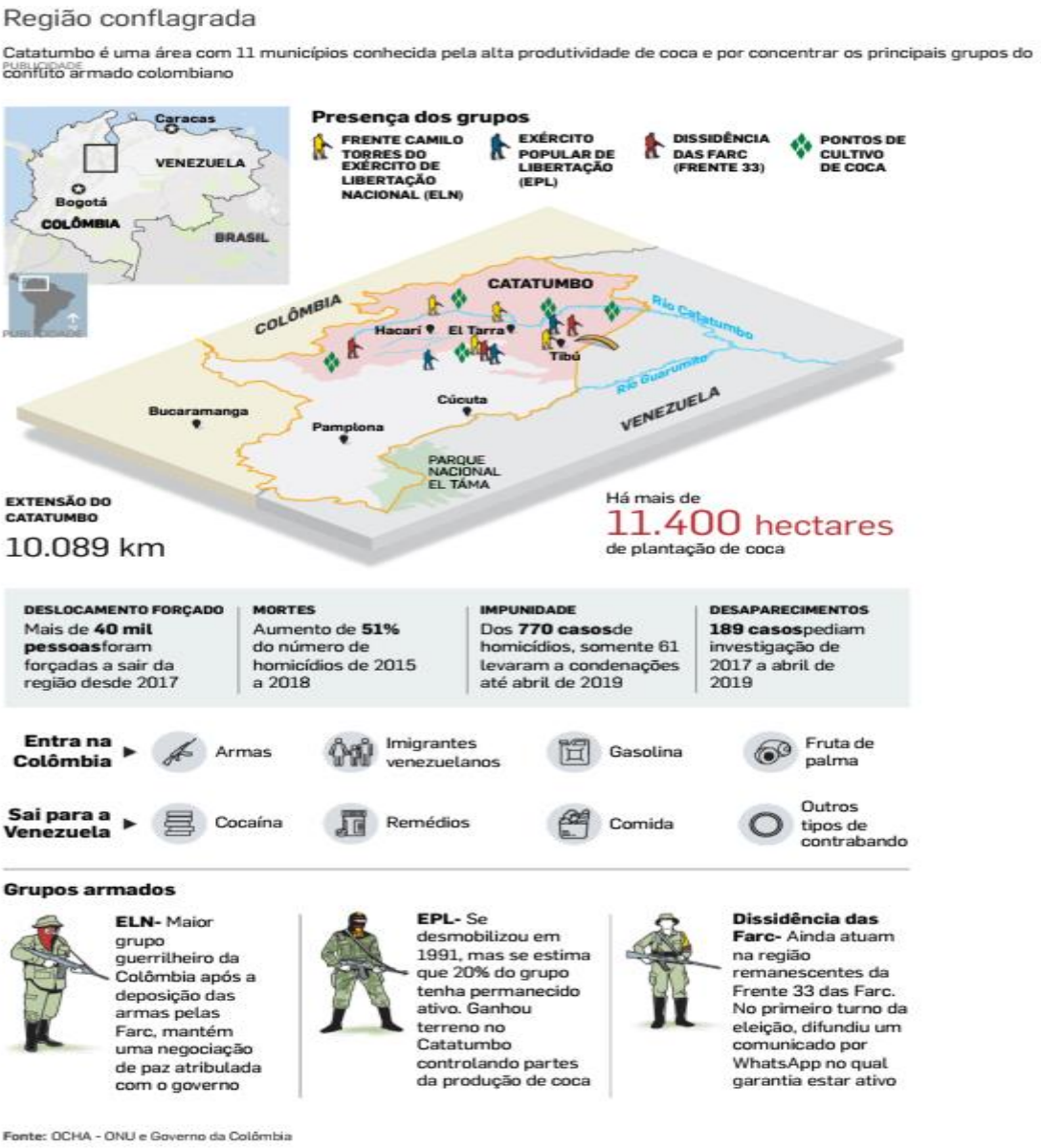

FIGURA 4 – Infográfico da região conflagrada de Catacumbo Trecho de denúncia feita pelo MPF-AM da ligação da FDN com as FARC.

Fonte: https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,ex-lideres-das-farc-anunciam-retorno-a-luta-armada-na-colombia,70002987923

O anúncio de volta à luta armada era previsível, mas isso não deixa de ser outro forte golpe no processo de paz colombiano. Como na sociedade civil colombiana, dentro das Farc sempre houve setores que se opuseram ao acordo. Este indicador acaba dando mais

munição para tentar bombardear um processo de paz que, embora admirado internacionalmente por seu escopo, é debilitado internamente.

Segundo MÁRQUEZ, essa retomada da guerrilha das FARC está em busca de novas alianças, e ainda fica exposto mais uma vez a ameaça à nossa soberania de uma aproximação ainda maior das organizações criminosas brasileiras com forças de guerrilha pós-FARC que poderão inclusive somar forças com o ELN. Isso somado ao grande porosidade da nossa fronteira amazônica e os imensos vazios demográficos da região, abre espaço para contestações da capacidade brasileira de controlar os delitos transfronteiriços na região, podendo haver tentativas de ingerências de países estrangeiros, de forma de apoio ou mesmo de internacionalização da área, somando-se a bandeira de defesa da floresta amazônica e seu meio ambiente em favor do mundo.

Dessa forma, resulta de grande importância adoção de medidas por parte do governo brasileiro para mitigar essas ameaças. A transformação do *modus operandi* dos ORCRIM na faixa de fronteira deve ser seguida de modificações para tornar as estratégicas de combate aos delitos transfronteiriços mais inovadoras, efetivas e complementares as já implementadas e que estão trazendo resultados.

O papel do Exército nesse combate não pode ser confundido nem substituído pelo dos órgãos policiais, não devendo ser o ator principal desse combate. O soldado possui uma missão constitucional de defender a pátria, e não de tratar com prisão e ajuizamento de criminosos. Os estudos e os exemplos do Colômbia mostram que depois de um sucesso a curto prazo na redução dos problemas, os criminosos transnacionais adaptam-se a esse confronto. O poderio bélico de algumas ORCRIM superiores as forças policiais podem levar a necessidade de intervenção militar, porém por tempo reduzido e com rápida retomada pelos OSP, que devem ser prioritários nesse confronto.

O foco do combate deve estar no mais alto nível das Organizações Criminosas, pois estes são os cérebros que fazem o planejamento dos grandes carregamentos e estão ligados a corrupção que afetam as instituições do país, que em médio prazo podem afetar também a fronteira amazônica brasileira.

O combate a corrupção na esfera política deve ser outra prioridade, pois o conluio das ORCRIM com os cargos no governo pode resultar em danos irreparáveis ao Estado

brasileiro, tivemos o exemplo de como a corrupção minou a democracia colombiana e se espalhou como um câncer através de instituições, ameaçando legitimidade do Estado.

Por fim, cabe ressaltar que o tráfico de drogas é uma atividade criminosa transnacional; é por isso que a resposta deve envolver iniciativas do Brasil e da Colômbia. Existem poucas diretrizes de Washington atualmente para os colombianos, e de qualquer maneira é hora de as nações latino-americanas assumirem o controle de sua própria política de combate as drogas. Atualmente, não existe um órgão regional que desenvolve estratégias e políticas de combate ao narcotráfico para a região da fronteira amazônica, nem analisar estrategicamente as ameaças apresentadas pelo crime organizado. Isso deve se tornar uma prioridade. Com o apoio indireto de parceiros como União Europeia e as Nações Unidas, bem como com agências dos EUA, que poderiam ser de grande ajuda.

REFERÊNCIA

ALBALADEJO, Angelika. **A Colômbia está subestimando a escala de dissidência das FARC?** 2017. Disponível em: <https://angelikaalbaladejo.com/2017/10/17/colombia-underestimating-scale-of-farc-dissidence/>. Acesso em: 05 jun. 2019.

BARGANT, J.; MEJIA, C. (2017) **Can Colombia and FARC stumble their way to lasting peace?.**World Politics Review.

BUELVAS, Eduardo Pastrana e GEHRING, Hubert. **Política exterior colombiana Escenarios y desafíos em el posconflicto.** Bogotá, Pontifícia Universidade Javeriana, 2015

Casa Civil. **O Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF)** foi instituído pelo decreto federal 8.903, de 16 de novembro de 2016. disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8903.htm. Acesso em 23 janeiro de 2019.

CAVALCANTI JUNIOR, Jose Divanilson; SOARES, Lúcia Dídia Lima. CRIME ORGANIZADO: UMA NOVA LUTA PELO DOMÍNIO DA TERRITORIALIDADE. **Revista de Sociologia, Antropologia e Cultura Jurídica**, Florianópolis, p.195-206, 2016. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20170311104149/http://indexlaw.org/index.php/culturajuridica/article/view/382/384>. Acesso em: 25 fev. 2017.

CHAUMEIL, Jeano-Pierre. **Visão de Fronteira: o caso do Trapézio Amazônico.** Revista Desenvolvimento Sustentável e Sociedades na Amazônia. [S.I.:s.n.]. p.355-377,2010. Disponível em: < https://www.vjf.cnrs.fr/erea/doc/public/src/00076.pdf> Acesso em: 05 janeiro 2019.

COUTINHO, Leonardo. **A Amazônia é o novo Rio**. Revista Veja, São Paulo, n. 2579, p.72-75, 25 abr. 2018. Semanal.

COUTO, Aiala Colares de Oliveira. **Um problema de fronteiras: A Amazônia no contexto das redes ilegais do Narcotráfico**. Perspectiva Geográfica. Unioeste V.6, N.7, 2011.

DE MELO, Christiano Stefanes Mendes. **A Importância das Operações Interagências na Tríplice Fronteira Brasil, Colômbia e Peru.** Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2017.

Escritório de Projetos do Exército Brasileiro. **SISFRON**, BRASIL, disponível em http://www.epex.eb.mil.br/index.php/sisfron, acesso em 22 de janeiro de 2019.

FONSECA, Guilherme Damasceno e DE AZEVEDO, Christian Vianna. **Colômbia e as FARC: Cenários pós-conflito e repercussões regionais** Instituto Igarapé, artigo estratégico 34, 2018

GONZAGA, Alexandre. **SISFRON OPERA COM 90% DA SUA CAPACIDADE TÁTICA**. 2018. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/noticias/50004-sisfron-opera-com-90-da-sua-capacidade-tatica>. Acesso em: 06 maio 2019.

HENRIQUES, Miguel Barreto, **Os avanços e recuos do acordo de paz na Colômbia.** REVISTA JANNUS: Conjuntura internacional, A comunicação mundializada. 2017.

IDLER, Annette. **“Narco-brókers” y financieros: piezas claves del narcotráfico**. 2014. Disponível em: <https://www.razonpublica.com/index.php/conflicto-drogas-y-paz-temas-30/7792-%E2%80%9Cnarco-br%C3%B3kers%E2%80%9D-y-financieros-piezas-claves-del-narcotr%C3%A1fico.html>. Acesso em: 06 abr. 2019.

JOHNSON, K. (2017). **A wary farewell to arms for the FARC. CRISIS GROUP**. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/latin-america- aribbean/andes/colombia/wary-farewell-arms-farc>. Acesso em: 20 janeiro 2019.

JÚNIOR, Augusto W. M. Teixeira. **O Acordo de Paz Entre o Governo Colombiano e as FARC e Seus Reflexos Para a Estabilidade Sul Americana.** Palestra no Curso de Extensão em Defesa Nacional, 2015.

LEITÃO, Leslie; FRAZÃO, Felipe. **Permitido matar e decapitar**. Revista Veja, São Paulo, n. 2512, p.50-53, 11 jan. 2017. Semanal.

MCDERMOTT, Jeremy. **La nueva generación de narcotraficantes colombianos post-FARC: "Los Invisibles".** 2018. Disponível em: <https://es.insightcrime.org/wp-content/uploads/2018/03/La-nueva-generaci%C3%B3n-de-narcotraficantes-colombianos-post-FARC-Los-Invisibles.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2019.

Ministério da Integração Nacional (MIN). Secretaria de Programas Regionais, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira** – Brasília, 2005.

Ministério da Integração Nacional (MIN). **Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira**. Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça, Ministério da Integração Nacional, 2010.

Ministério Da Defesa. **Brasil e Colômbia atuarão coordenados na proteção de fronteira, BRASIL, 2011.** disponível em https://www.defesa.gov.br/index.php/noticias/101-03082011-defesa-brasil-e-colombia-atuarao-coordenados-na-protecao-de-fronteira acesso em 22 de janeiro de 2019.

Ministério Da Defesa. **Segurança nas fronteiras é tema de reunião entre Brasil e Colômbia**, BRASIL, 2017. disponível em https://www.defesa.gov.br/noticias/30678-seguranca-nas-fronteiras-e-tema-de-reuniao-entre-brasil-e-colombia, acesso em 22 de janeiro de 2019.

MIRANDA, Boris**. Por que a Colômbia disse 'não' ao acordo de paz com as Farc.** 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-37526293>. Acesso em: 03 maio 2019.

NAVARRO, Thais. **Guerrilha Eleitoral**. Revista Veja, São Paulo, n. 2584, p.67-67, 30 maio 2018. Semanal.

OSPINA, Carlos A., MARKS, Thomas A.; UCKO, e David H.. **A Colômbia e a Transição da Guerra para a Paz Alertas e Ensinamentos Provenientes de Casos Semelhantes.** Military Review, 2016.

PÉCAUT, Daniel. **As FARC: Uma guerrilha sem fins?** 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010. 160 p. Tradução: Ivone C. Benedetti.

PEREIRA, Letícia. **COLÔMBIA: AS FARC E OS DIÁLOGOS DE PAZ**. Série Conflitos Internacionais, Marília, v. 07, p.1-5, 10 fev. 2015.

PRAZERES, Leandro. **Facção que comanda tráfico no Norte tem "conexões estreitas" com as Farc, diz MPF**. 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/01/04/fdn-tinha-conexoes-estreitas-com-as-farc-diz-mpf.htm>. Acesso em: 04 jun. 2019.

RAZA, Salvador, **capítulo 3, PROPOSIÇÃO DE UM SISTEMA DE SEGURANÇA DE FRONTEIRAS BRASILEIRAS: UM ESFORÇO PARA TRANSFORMAR O DESENHO DE FORÇA.** O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul / organizadores: Reginaldo Mattar Nasser, Rodrigo Fracalossi de Moraes. – Brasília: Ipea, 2014.

REUTERS. **Um terço dos guerrilheiros desmobilizados voltam à clandestinidade na Colômbia, aponta relatório.** 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/um-terco-dos-guerrilheiros-desmobilizados-voltam-clandestinidade-na-colombia-aponta-relatorio-23720466>. Acesso em: 06 jun. 2019.

SPUTNIK. **Possível aliança entre dissidentes das FARC e facções do crime preocupa Brasil e Colômbia**. 2017. Disponível em: https://br.sputniknews.com/brasil/201701317561693-brasil-colombia-amazonia-narcotrafico/>. Acesso em: 23 jan. 2019.

TAVARES, CARLOS EDUARDO. **O combate colombiano à narcoguerrilha e o relacionamento bilateral com o Brasil no período, com ênfase para a expressão militar.** Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2017.

TRANCHES, Renata. **Ex-líderes das FARC aderem à dissidência e voltam à luta armada na Colômbia**. 2019. Elaborada por AFP. EFE e REUTERS. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,ex-lideres-das-farc-anunciam-retorno-a-luta-armada-na-colombia,70002987923>. Acesso em: 02 set. 2019.

WATKINS, Nathalia. **Um prêmio de incentivo.** Revista Veja, São Paulo, n. 2499, p.68-68, 12 out. 2016. Semanal.